



24 de junho de 2022
CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS POR SETOR INSTITUCIONAL (BASE 2016)
1º Trimestre de 2022

SALDO EXTERNO DA ECONOMIA PORTUGUESA FIXOU-SE EM -0,4% DO PIB

A economia portuguesa no 1º trimestre de 2022 registou uma necessidade de financiamento de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB), que compara com uma capacidade de financiamento de 0,7% no trimestre anterior¹. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentaram, respetivamente, 3,0% e 2,8% (crescimentos em cadeia de 2,0% no trimestre anterior). A alteração de sinal do saldo externo da economia refletiu a redução da capacidade de financiamento das Famílias² e o aumento da necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras, dado que se reduziu a necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) e se manteve inalterado o saldo das Sociedades Financeiras.

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) das Famílias aumentou 1,4% face ao trimestre anterior, verificando-se crescimentos de 1,7% e 2,4% das remunerações e do Valor Acrescentado Bruto (VAB), respetivamente. A despesa de consumo final aumentou 4,1% (2,3% no trimestre anterior), determinando a redução da taxa de poupança para 8,3% (10,7% no trimestre anterior), o que, em conjunto com o aumento do investimento, conduziu à redução da capacidade de financiamento em 1,9 pontos percentuais (p.p.), para 2,4% do PIB.

O saldo das Sociedades Não Financeiras (SNF) fixou-se em -2,8% do PIB, menos 0,5 p.p. que no trimestre anterior. O VAB do setor registou um aumento de 3,0%, que foi parcialmente anulado pelo aumento das remunerações pagas e do investimento (taxas de variação de 2,1% e 4,9%, respetivamente), e pela diminuição dos subsídios de exploração (-27,7%).

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras estabilizou em 1,5% do PIB no 1º trimestre de 2022.

A necessidade de financiamento do setor das AP diminuiu 1,3 p.p. no ano terminado no 1º trimestre de 2022, representando 1,5% do PIB. Tomando como referência os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 1º trimestre de 2022 atingiu -233,6 milhões de euros, correspondendo a -0,4% do PIB, o que compara com -6,0% no período homólogo.

¹ Salvo indicação em contrário, visando eliminar as flutuações de natureza sazonal e atenuar a irregularidade de forma a captar o comportamento tendencial das séries em consideração, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se ao **ano acabado no trimestre de referência**. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas **taxas de variação em cadeia** entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente (para informação adicional, ver Nota Metodológica no final do destaque). As taxas de variação apresentadas correspondem a variações nominais.

² Inclui as Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF).



Saldo externo da economia fixou-se em -0,4% do PIB

Os resultados apresentados correspondem às estimativas preliminares para o 1º trimestre de 2022. Os indicadores económicos para a economia portuguesa no 1º trimestre de 2022 refletiram o levantamento da generalidade das restrições à atividade económica impostas no contexto da pandemia³.

A economia portuguesa passou de uma capacidade de financiamento de 0,7% do PIB no 4º trimestre de 2021 para uma necessidade de financiamento de 0,4% do PIB. O PIB nominal aumentou 2,9% no 1º trimestre de 2022 face ao trimestre anterior e 9,7% comparativamente com o trimestre homólogo. O RNB e o RDB aumentaram, respetivamente, 3,0% e 2,8% relativamente ao trimestre anterior (10,2% e 10,5% face ao trimestre homólogo).

O aumento do RDB da economia no 1º trimestre de 2022, conjugado com o crescimento de 3,5% da despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP), determinou a diminuição de 0,5% da poupança bruta da economia para 18,0% do PIB (menos 0,6 p.p. que no trimestre anterior e mais 0,2 p.p. que no trimestre homólogo).

A redução da poupança, combinada com o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), determinou a diminuição do saldo externo da economia. A FBCF aumentou 3,1% comparativamente com o trimestre anterior e 12,0% face ao trimestre homólogo.

Figura 1. PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2ºT 2019	210 016	1,1	204 985	1,5	209 614	1,5
3ºT 2019	212 118	1,0	206 870	0,9	211 524	0,9
4ºT 2019	214 375	1,1	208 806	0,9	213 689	1,0
1ºT 2020	213 981	-0,2	208 634	-0,1	213 843	0,1
2ºT 2020	205 857	-3,8	201 733	-3,3	206 750	-3,3
3ºT 2020	202 890	-1,4	199 389	-1,2	204 408	-1,1
4ºT 2020	200 088	-1,4	196 944	-1,2	201 829	-1,3
1ºT 2021	198 155	-1,0	195 080	-0,9	200 280	-0,8
2ºT 2021	205 141	3,5	202 019	3,6	208 057	3,9
3ºT 2021	208 004	1,4	204 758	1,4	211 082	1,5
4ºT 2021	211 280	1,6	208 841	2,0	215 347	2,0
1ºT 2022	217 372	2,9	215 018	3,0	221 290	2,8

³ Na comparação entre trimestres homólogos, deve-se ter em conta o efeito de base, uma vez que, em janeiro e fevereiro de 2021, estiveram em vigor várias medidas de combate à pandemia que condicionaram fortemente a atividade económica.



Figura 2. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)

Ano acabado no trimestre	Sociedades Não Financeiras	Sociedades Financeiras	Administrações Públicas	Famílias e ISFLSF	Total da economia
2ºT 2019	-3,4	2,5	0,1	1,8	0,9
3ºT 2019	-3,3	2,4	-0,2	1,8	0,7
4ºT 2019	-3,3	2,4	0,1	1,8	1,0
1ºT 2020	-3,4	2,3	-0,1	2,3	1,1
2ºT 2020	-4,2	2,3	-1,9	4,9	1,1
3ºT 2020	-3,2	2,3	-4,2	5,2	0,2
4ºT 2020	-3,0	2,5	-5,8	6,2	-0,2
1ºT 2021	-2,6	2,4	-7,1	7,5	0,2
2ºT 2021	-0,9	1,8	-5,9	5,3	0,3
3ºT 2021	-1,9	1,6	-4,0	5,0	0,7
4ºT 2021	-2,3	1,5	-2,8	4,3	0,7
1ºT 2022	-2,8	1,5	-1,5	2,4	-0,4

Ao nível dos setores internos, o agravamento do saldo da economia refletiu a redução da capacidade de financiamento das Famílias e a necessidade de financiamento mais elevada das SNF, dado que o défice das AP diminuiu consideravelmente e o saldo das Sociedades Financeiras se manteve inalterado. Estes desenvolvimentos refletem a expansão da procura interna e a aceleração dos preços observados neste período, conforme já salientado na publicação das Contas Nacionais Trimestrais de 31 de maio.

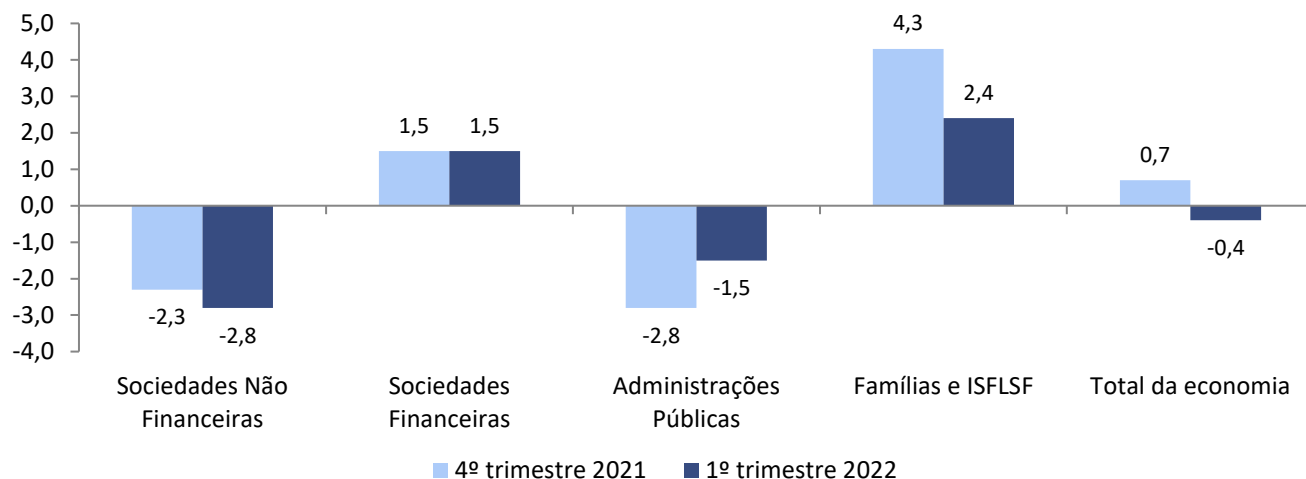
A necessidade de financiamento das SNF atingiu 2,8% do PIB no 1º trimestre de 2022, mais 0,5 p.p. que no trimestre anterior, enquanto a capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras manteve-se inalterada em 1,5% do PIB.

O défice das AP fixou-se em -1,5% do PIB, diminuindo 1,3 p.p. face ao trimestre anterior. Esta redução foi o resultado conjugado de um aumento da receita (2,5%) e uma diminuição da despesa (-0,3%).

A capacidade de financiamento das Famílias prolongou a trajetória decrescente iniciada no 2º trimestre de 2021, fixando-se em 2,4% do PIB no 1º trimestre de 2022, menos 1,9 p.p. que no trimestre anterior, refletindo a diminuição da poupança bruta.



Figura 3. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)



Famílias: taxa de poupança das Famílias diminuiu 2,4 p.p. no 1º trimestre de 2022, fixando-se em 8,3%

A capacidade de financiamento das Famílias situou-se em 2,4% do PIB no 1º trimestre de 2022, o que representa uma diminuição de 1,9 p.p. face ao trimestre anterior.

A taxa de poupança das Famílias (figura 4) atingiu 8,3% do RDB, o que correspondeu a uma redução de 2,4 p.p. relativamente ao resultado do trimestre anterior. Este desempenho foi consequência do aumento em 4,1% do consumo privado (taxa de variação em cadeia de 2,3% no trimestre anterior), superior ao crescimento do rendimento disponível (1,4%).

A figura 5 apresenta a decomposição da taxa de variação (1,4%) do RDB das Famílias no ano acabado no 1º trimestre de 2022. As remunerações e o excedente bruto de exploração contribuíram em 1,1 e 0,5 p.p., respetivamente, para essa taxa de variação (1,0 e 0,4 p.p. no trimestre anterior, pela mesma ordem), sendo ainda de destacar o contributo negativo de 0,2 p.p. dos impostos pagos pelas Famílias.



DIÍSTAQUE

Figura 4. Taxa de poupança das Famílias (%; ano acabado no trimestre)

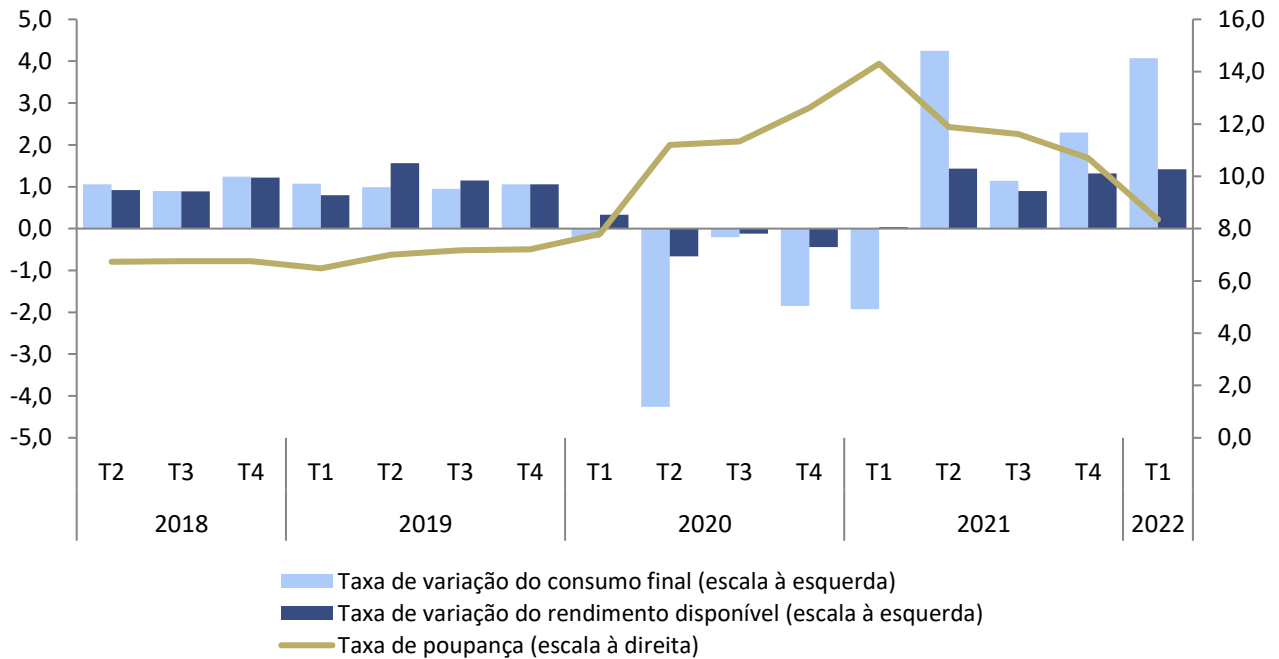
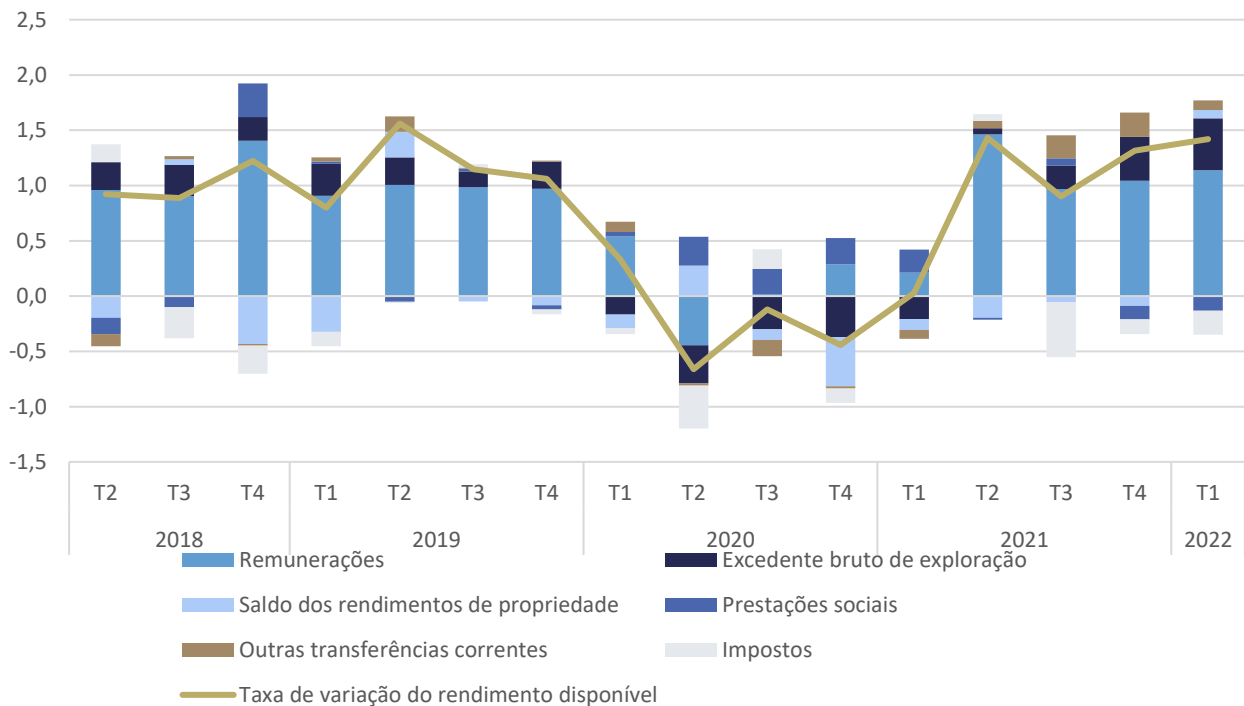


Figura 5. Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias (p.p., ano acabado no trimestre)





A FBCF das Famílias, que corresponde essencialmente à FBCF em habitação, registou uma taxa de variação de 3,2% no 1º trimestre de 2022 face ao trimestre anterior. Comparando com o trimestre homólogo, o aumento da FBCF das Famílias foi 13,8%. A taxa de investimento das Famílias (medida através do rácio entre a FBCF e o rendimento disponível) aumentou para 6,2%.

O RDB ajustado das Famílias *per capita* fixou-se em 17,2 mil euros no 1º trimestre de 2022, o que representou um aumento de 1,5% face ao trimestre anterior. A taxa de variação do PIB *per capita* foi 2,9%, superior em 1,4 p.p. relativamente à variação do RDB ajustado (0,5 p.p. no trimestre anterior). Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 2,8% do PIB

A necessidade de financiamento das SNF aumentou 0,5 p.p. no 1º trimestre de 2022, fixando-se em 2,8% do PIB (saldos de -2,3% e -2,6% no trimestre anterior e no homólogo, respetivamente).

O VAB aumentou 3,0% no 1º trimestre de 2022 (1,3% no trimestre anterior), que foi parcialmente compensado pelo crescimento das remunerações pagas em 2,1% e pela diminuição em 27,7% dos subsídios à exploração, determinando um aumento de 1,5% do Excedente Bruto de Exploração. Os subsídios de exploração recebidos apresentaram uma trajetória decrescente com início no 2º trimestre 2021, mantendo-se, no entanto, num nível elevado, refletindo o impacto das medidas de apoio às empresas no contexto da pandemia COVID-19.

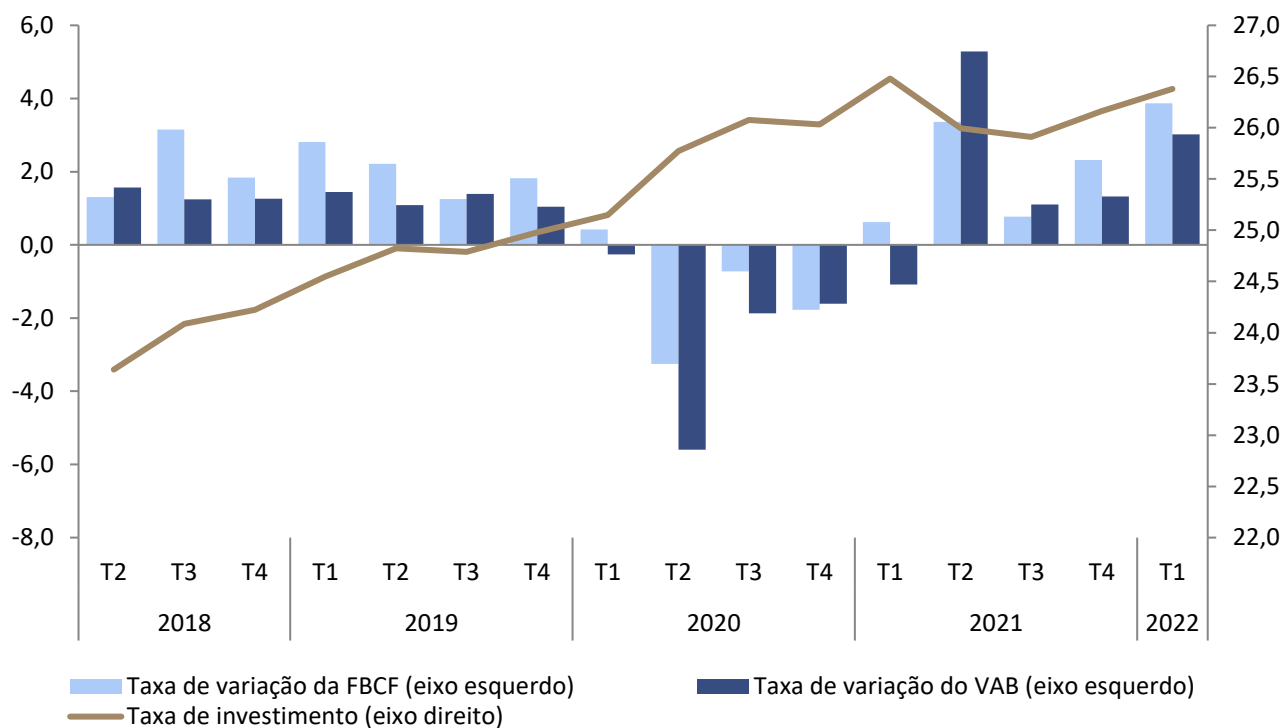
A taxa de margem operacional líquida do setor fixou-se em 20,1% (menos 0,4 p.p. que no trimestre anterior). Esta taxa é obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido⁴ e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

O aumento de 3,9% da FBCF, superior ao crescimento do VAB do setor em 0,9 p.p., determinou um ligeiro aumento da taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) em 0,2 p.p. face ao trimestre anterior, fixando-se em 26,4%. A FBCF a preços correntes das SNF tem apresentado taxas de variação em cadeia positivas desde o 1º trimestre de 2021, ultrapassando os níveis registados nos trimestres de 2019.

⁴ O Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido correspondem, respetivamente, ao EBE e VAB deduzindo o consumo de capital fixo.



Figura 6. Taxa de Investimento (FBCF/VAB) das Sociedades Não Financeiras (%; ano acabado no trimestre)



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento manteve-se em 1,5% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras fixou-se em 1,5% do PIB, valor igual ao observado no trimestre anterior. O saldo dos rendimentos de propriedade registou uma ligeira melhoria, com os rendimentos pagos e recebidos a registarem taxas de variação de 2,0% e 2,9%, respetivamente, face ao trimestre anterior.

**Administrações Públicas: défice diminuiu 1,3 p.p. para 1,5% do PIB**

A necessidade de financiamento do setor das AP diminuiu 1,3 p.p. no ano terminado no 1º trimestre de 2022, representando 1,5% do PIB. Esta redução do défice foi o resultado conjugado de um aumento da receita (2,5%) e uma diminuição da despesa (-0,3%).

As figuras 7 e 8 apresentam a receita e a despesa no ano acabado no trimestre, em valor e em taxa de variação, respetivamente.

**Figura 7. Receita e Despesa do setor das
Administrações Públicas (ano acabado no trimestre)**

Unidade: 10⁶ EUR

	2021T1	2021T2	2021T3	2021T4	2022T1
Receita total	86 915,7	90 015,0	93 591,1	95 750,2	98 101,9
Receita corrente	86 153,5	88 895,2	91 301,5	93 329,9	95 701,1
Impostos sobre o rendimento e património	20 064,3	19 812,6	20 686,2	20 550,8	21 008,1
Impostos sobre a produção e importação	28 557,9	30 034,8	31 094,2	32 283,1	33 978,0
Contribuições sociais	25 809,9	26 371,8	26 725,6	27 148,8	27 643,6
Vendas	6 358,7	6 669,9	6 598,3	6 734,2	6 917,3
Outra receita corrente	5 362,7	6 006,0	6 197,2	6 613,0	6 154,1
Receita de capital	762,2	1 119,8	2 289,6	2 420,4	2 400,8
Despesa total	100 964,7	102 215,2	101 938,0	101 727,4	101 403,3
Despesa corrente	92 262,1	93 105,9	93 856,3	93 715,7	93 187,6
Prestações sociais	40 711,5	41 109,3	41 471,7	41 434,9	41 793,9
Despesas com pessoal	24 179,3	24 528,6	24 765,1	24 881,8	25 090,2
Juros	5 684,1	5 561,6	5 393,8	5 168,8	5 003,5
Consumo intermédio	11 533,6	11 735,7	12 177,2	12 230,0	12 504,4
Subsídios	5 043,4	4 992,4	4 606,6	4 219,5	2 992,4
Outra despesa corrente	5 110,3	5 178,4	5 441,9	5 780,6	5 803,2
Despesa de capital	8 702,6	9 109,3	8 081,8	8 011,7	8 215,7
Investimento ⁽¹⁾	4 674,0	5 129,0	5 263,6	5 354,6	5 523,9
Outra despesa de capital	4 028,6	3 980,3	2 818,2	2 657,0	2 691,8
Saldo corrente	-6 108,6	-4 210,7	-2 554,8	-385,8	2 513,6
Saldo total	-14 049,0	-12 200,1	-8 346,9	-5 977,1	-3 301,4
Por Memória:					
Despesa corrente primária	86 578,0	87 544,4	88 462,5	88 546,9	88 184,0
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	198 154,6	205 141,0	208 004,1	211 279,7	217 372,3
Saldo em % do PIB	-7,1	-5,9	-4,0	-2,8	-1,5

A evolução da despesa resultou do efeito conjugado da diminuição em 0,6% da despesa corrente, com o aumento de 2,5% da despesa de capital. A variação da despesa corrente foi determinada pela diminuição dos encargos com juros (-3,2%) e dos subsídios pagos (-29,1%), refletindo essencialmente, no último caso, a forte redução dos apoios pagos às empresas no contexto da mitigação dos efeitos económicos da pandemia COVID-



19. Em sentido oposto, verificaram-se aumentos das despesas com prestações sociais (0,9%), das despesas com pessoal (0,8%), do consumo intermédio (2,2%) e da outra despesa corrente (0,4%). O crescimento da despesa de capital resultou do aumento do investimento em 3,2% e da outra despesa de capital em 1,3%.

Figura 8. Taxas de variação da Receita e Despesa do setor das
Administrações Públicas (%; ano acabado no trimestre)

	2021T1	2021T2	2021T3	2021T4	2022T1
Receita total	-0,1	3,6	4,0	2,3	2,5
Receita corrente	-0,2	3,2	2,7	2,2	2,5
Impostos sobre o rendimento e património	-0,2	-1,3	4,4	-0,7	2,2
Impostos sobre a produção e importação	-2,1	5,2	3,5	3,8	5,3
Contribuições sociais	0,8	2,2	1,3	1,6	1,8
Vendas	-4,1	4,9	-1,1	2,1	2,7
Outra receita corrente	11,1	12,0	3,2	6,7	-6,9
Receita de capital	11,3	46,9	104,5	5,7	-0,8
Despesa total	2,3	1,2	-0,3	-0,2	-0,3
Despesa corrente	2,5	0,9	0,8	-0,1	-0,6
Prestações sociais	1,0	1,0	0,9	-0,1	0,9
Despesas com pessoal	1,1	1,4	1,0	0,5	0,8
Juros	-1,9	-2,2	-3,0	-4,2	-3,2
Consumo intermédio	1,9	1,8	3,8	0,4	2,2
Subsídios	37,7	-1,0	-7,7	-8,4	-29,1
Outra despesa corrente	2,8	1,3	5,1	6,2	0,4
Despesa de capital	-0,5	4,7	-11,3	-0,9	2,5
Investimento ⁽¹⁾	2,1	9,7	2,6	1,7	3,2
Outra despesa de capital	-3,2	-1,2	-29,2	-5,7	1,3

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições Líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A receita total aumentou 2,5% no ano acabado no 1º trimestre de 2022, devido ao crescimento da receita corrente em 2,5% e da diminuição de 0,8% da receita de capital. O comportamento da receita corrente reflete aumentos de todas as suas componentes com exceção da outra receita corrente, destacando-se o aumento de 5,3% da receita de impostos sobre a produção e importação (em particular a receita de IVA). A outra receita corrente apresentou uma redução de 6,9% relacionada, em larga medida, com a menor utilização de fundos da União Europeia para financiamento da despesa realizada no combate à pandemia COVID-19, tendo, contudo, impacto neutro no saldo. A diminuição da receita de capital reflete principalmente o decréscimo das receitas provenientes de fundos da União Europeia.

Para possibilitar uma comparação entre os valores trimestrais em alternativa ao ano acabado no trimestre, a figura 9 apresenta os valores da receita e da despesa do setor das AP e respetiva percentagem no PIB para os primeiros trimestres de 2021 e 2022.



Figura 9. Receita e Despesa do setor das Administrações Públicas

	1º trimestre de 2021		1º trimestre de 2022		Variação em valor (%)
	10 ⁶ EUR	% PIB	10 ⁶ EUR	% PIB	
Receita total	19 802,3	40,7	22 154,0	40,4	11,9
Receita corrente	19 598,8	40,2	21 970,1	40,1	12,1
Impostos sobre o rendimento e património	3 925,8	8,1	4 383,1	8,0	11,6
Impostos sobre a produção e importação	6 756,3	13,9	8 451,2	15,4	25,1
Contribuições sociais	6 015,4	12,3	6 510,2	11,9	8,2
Vendas	1 409,4	2,9	1 592,5	2,9	13,0
Outra receita corrente	1 491,9	3,1	1 033,0	1,9	-30,8
Receita de capital	203,5	0,4	183,9	0,3	-9,6
Despesa total	22 711,6	46,6	22 387,6	40,8	-1,4
Despesa corrente	21 756,8	44,7	21 228,7	38,7	-2,4
Prestações sociais	9 293,9	19,1	9 652,8	17,6	3,9
Despesas com pessoal	5 530,1	11,4	5 738,4	10,5	3,8
Juros	1 315,7	2,7	1 150,3	2,1	-12,6
Consumo intermédio	2 682,0	5,5	2 956,4	5,4	10,2
Subsídios	1 576,9	3,2	349,7	0,6	-77,8
Outra despesa corrente	1 358,4	2,8	1 380,9	2,5	1,7
Despesa de capital	954,8	2,0	1 158,9	2,1	21,4
Investimento ⁽¹⁾	794,8	1,6	964,1	1,8	21,3
Outra despesa de capital	160,0	0,3	194,8	0,4	21,7
Saldo corrente	-2 158,0	-4,4	741,4	1,4	
Saldo total	-2 909,4	-6,0	-233,6	-0,4	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Assim, tomando como referência os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 1º trimestre de 2022 atingiu -233,6 milhões de euros, correspondendo a -0,4% do PIB, o que compara com -6,0% no período homólogo. Face ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um aumento de 11,9% da receita total, enquanto a despesa total diminuiu 1,4%.

No lado da despesa, registou-se um decréscimo de 2,4% da despesa corrente, em resultado da diminuição das despesas dos encargos com juros (-12,6%) e dos subsídios pagos (-77,8%), este último motivado pela redução dos apoios pagos às empresas, conforme referido anteriormente. Por outro lado, as despesas com prestações sociais e com pessoal aumentaram 3,9% e 3,8%, respetivamente, tendo o consumo intermédio registado um aumento de 10,2% e a outra despesa corrente de 1,7%. A despesa de capital aumentou 21,4%, em resultado do crescimento de 21,3% do investimento e de 21,7% da outra despesa de capital.

O aumento de 12,1% da receita corrente deveu-se a aumentos em todas as suas componentes, exceto na outra receita corrente. Os impostos sobre o rendimento e património, sobre a produção e importação, as contribuições sociais e as vendas cresceram 11,6%, 25,1%, 8,2% e 13,0%, respetivamente, tendo a outra receita corrente diminuído 30,8%. A evolução positiva da receita fiscal (20,1%) e contributiva (8,2%), evidencia a recuperação da atividade económica e do mercado de trabalho face ao período homólogo marcado por medidas



de confinamento no âmbito da pandemia. A receita de capital registou uma diminuição de 9,6%, pelos motivos já referidos na análise relativa ao ano acabado no trimestre.

A figura 10 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional entre os primeiros trimestres de 2021 e 2022.

Figura 10. Passagem de saldos de Contabilidade Pública para Contabilidade Nacional

Unidade: 10⁶ EUR

	2021T1	2022T1
Saldo em contabilidade pública:	-2 368,0	508,3
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	-27,9	-233,7
Diferença entre juros pagos e devidos	264,2	362,8
Outros valores a receber:	-594,1	-403,4
Ajust. temporal de impostos e contribuições	-432,1	-363,1
Outros	-162,1	-40,3
Outros valores a pagar:	-22,9	153,8
Encargos assumidos e não pagos	-120,9	-156,9
Outros	98,0	310,7
Outros ajustamentos:	-160,7	-621,4
dos quais:		
Injeções de capital e assunção de dívidas	-457,4	-594,8
Saldo em contabilidade nacional:	-2 909,4	-233,6
PIB ⁽¹⁾	48 749,9	54 842,5
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-6,0	-0,4

⁽¹⁾ Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

As diferenças entre estas duas óticas estão associadas a diferentes delimitações setoriais do setor das AP, ao registo da receita e da despesa numa ótica de compromisso e não de caixa, ao registo de algumas operações financeiras como transferências de capital e ao ajustamento temporal de impostos e contribuições. Recorde-se que os impostos e as contribuições sociais, na passagem de contabilidade pública a contabilidade nacional, incluem um ajustamento temporal que visa aproximar o período de registo da receita ao período em que se gerou a obrigação de pagamento.

Tomando em consideração exclusivamente o 1º trimestre de cada ano, verificou-se uma melhoria do saldo quer em contabilidade nacional quer em contabilidade pública. Em contabilidade nacional, o saldo das administrações públicas passou de -6,0% do PIB no 1º trimestre de 2021 para -0,4% no mesmo período de 2022. O valor das injeções de capital e assunção de dívidas no 1º trimestre de 2022 foi integralmente destinado a entidades do setor das AP.

Adicionalmente, tal como referido nas anteriores publicações, devido às medidas de pagamento fracionado de impostos e contribuições sociais tomadas no contexto da pandemia COVID-19, foi feito um ajustamento na

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS POR SETOR INSTITUCIONAL – 1º TRIMESTRE DE 2022

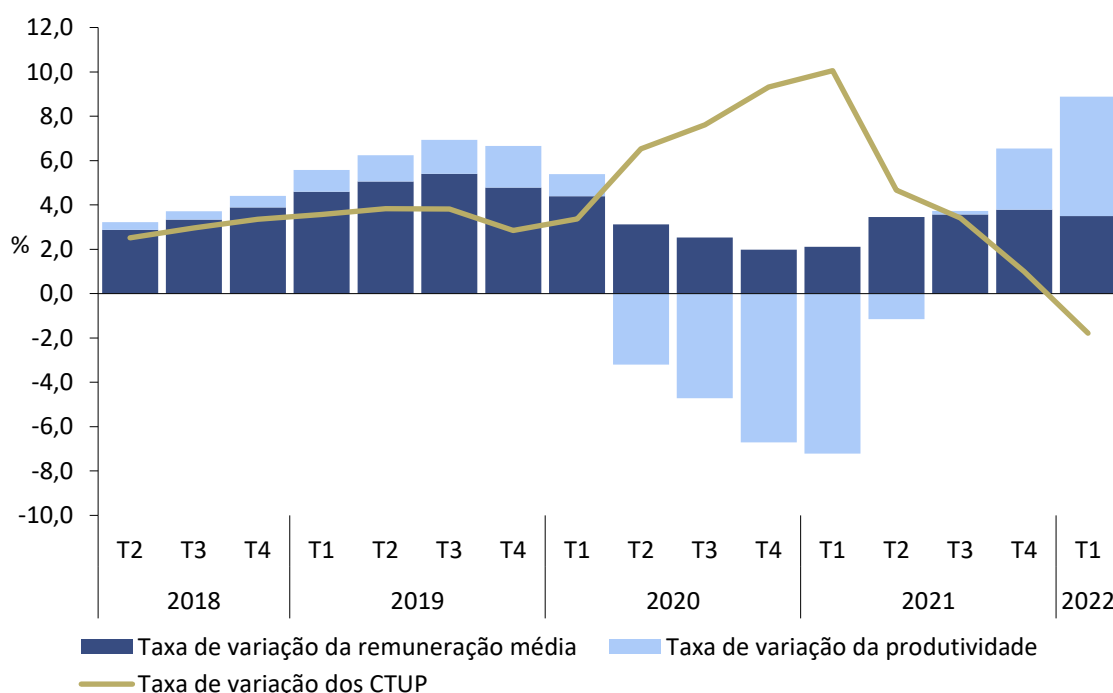


receita do período em que se gerou a obrigação de pagamento. Considerando o 1º trimestre de 2022 este ajustamento traduziu-se num aumento da receita fiscal em cerca de 90,1 milhões de euros face aos dados da contabilidade pública, referentes às medidas de prorrogação de pagamento de Contribuições Sociais, do IVA, do IRS e do IRC.

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) diminuíram 1,8%

No ano acabado no 1º trimestre de 2022, os CTUP diminuíram 1,8% em termos homólogos, que compara com uma taxa de variação de 1,0% no trimestre anterior. Este resultado deveu-se ao crescimento de 5,4% da produtividade, que superou o aumento em 3,5% da remuneração média. Importa referir que esta evolução não traduz a exata medida do comportamento destes custos na perspetiva das empresas, pois parte dos salários pagos em 2021 foram financiados pelo setor das AP, no âmbito das políticas públicas de apoio ao emprego e ao rendimento no contexto pandémico (nomeadamente o *layoff* simplificado).

Figura 11. Taxa de variação dos CTUP (%; ano acabado no trimestre)





NOTA METODOLÓGICA

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) para o 1º trimestre de 2022, período em que ocorreu o levantamento da generalidade das restrições à atividade económica impostas no contexto da pandemia COVID-19.

Para uma melhor leitura dos resultados deve-se ter presente que, salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por estes serem ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional.

Além dos quadros anexos a este destaque, informação adicional está disponível no Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais&xlang=pt

Revisões das estimativas anteriores

Os resultados agora apresentados incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados.

Deve referir-se ainda a integração das versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal, bem como a informação mais recente das estatísticas do comércio internacional de bens e de dados atualizados sobre o setor das AP. Em consequência da informação adicional apropriada após a publicação de 31 de maio, também as contas trimestrais para o conjunto da economia foram revistas, assegurando-se assim a total consistência dos agregados de contabilidade nacional agora disponibilizados. Face às estimativas anteriores, os novos resultados não determinaram revisões nas taxas de variação do PIB.

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública, mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais,

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS POR SETOR INSTITUCIONAL – 1º TRIMESTRE DE 2022



têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que as aquisições, por entidades das AP, de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

SIGLAS E DESIGNAÇÕES

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento: A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Despesa de Consumo Final: O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP): Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF): A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento): A Formação Bruta de Capital (P.5) inclui a FBCF (P.51g), a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (Líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento Disponível: Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Disponível Bruto ajustado das Famílias: Corresponde à soma do rendimento disponível bruto das Famílias e das transferências sociais em espécie, ou seja, inclui o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

Rendimento Nacional Bruto (RNB): O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.



Rendimentos de propriedade: Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança: A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB): O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional: O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Os setores institucionais são os seguintes: Sociedades Não Financeiras (S.11); Sociedades Financeiras (S.12); Administrações Públicas (S.13); Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF)(S.1M); Resto do Mundo (S.2).

Taxa de investimento das Famílias: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Taxa de investimento das Sociedades Não Financeiras: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de margem operacional das Sociedades Não Financeiras: É obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

Taxa de poupança das Famílias: A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Data do próximo destaque das Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional – 23 de setembro de 2022
